

FATORES ASSOCIADAS À VAGINOSE BACTERIANA EM MULHERES INTERIORANAS: UM ESTUDO CASO-CONTROLE

Anna Beatriz Justino do Nascimento¹
Leilane Barbosa de Sousa²

RESUMO

Objetivo: identificar os fatores associados no surgimento da vaginose bacteriana. **Método:** Trata-se de um estudo caso-controle, que teve como desfecho os casos de vaginose bacteriana. A pesquisa foi desenvolvida no município de Baturité, no Estado do Ceará. Participaram do estudo 126 mulheres (50 casos e 76 controles). As associações entre a vaginose bacteriana e as variáveis independentes foram realizadas por meio de regressão logística simples. **Resultados:** Mulheres solteiras são mais propensas ao diagnóstico pela multiplicidade de parceiros. Mulheres com renda mensal de até um salário mínimo apresentam 20 vezes mais chances de ter essa condição em comparação com mulheres de renda mais alta. **Conclusão:** É notório que mulheres com baixa renda possuem um índice mais elevado no surgimento da VB devido ao baixo conhecimento e condições financeiras.

Palavras-chave: Vaginose Bacteriana; Teste de Papanicolau; Atenção Primária à Saúde; Enfermagem.

ABSTRACT

Objective: to identify the factors associated with the onset of bacterial vaginosis. **Method:** Case-control study, tool was used, with outcome cases of bacterial vaginosis. The research was developed in the municipality of Baturité, in the State of Ceará. 126 women in total (50 cases and 76 controls) participated in the study. Associations between bacterial vaginosis and independent variables were performed using simple logistic regression. **Results:** Single women are more likely to be diagnosed because of multiple partners. Women with a monthly income of up to one minimum wage are 20 times more likely to have this condition compared to women with higher incomes. **Conclusion:** It is clear that low-income women have a higher rate of BV onset due to low knowledge and financial conditions.

Descriptors: Vaginosis Bacterial; Papanicolaou Test; Primary Health Care, Nursing.

INTRODUÇÃO

A vaginose bacteriana (VB) é considerada a infecção ginecológica mais frequente em mulheres em idade reprodutiva. A VB está associada a um desequilíbrio da flora vaginal que tem como resultado a perda de *Lactobacillus sp.* e o crescimento desordenado de bactérias, bacilos e cocos gram-negativos, sendo a *Gardnerella vaginalis* o seu principal agente etiológico (CARVALHO *et al.*, 2021).

A vaginose se apresenta na maioria das mulheres, de forma assintomática. Quando sintomática, manifesta-se por meio da presença de corrimento branco homogêneo ou acinzentado podendo ser de aspecto bolhoso e, entre todas as doenças ginecológicas, essa

patologia é a que possui o odor fétido mais perceptível que se manifesta, especialmente, após relações sexuais e a menstruação (FONSECA *et al.*, 2020).

A infecção vaginal que possui o maior índice de diagnóstico é a vaginose bacteriana que corresponde de 40% a 50% dos casos (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Por estar associada a inflamação pélvica (DIP), infecção sexualmente transmissíveis, complicações graves do trato reprodutivo (ITRs) a VB passa a ser considerada um problema de saúde pública, além disso a vaginose bacteriana encontra-se ligada à fatores sociodemográficos, higiene pessoal, dispositivo intrauterino (DIU) e atividade sexual, quantidade de parceiros, idade e uso de duchas vaginais (ALVES *et al.*, 2021).

A região íntima é uma zona que requer atenção e cuidados diários para que se possa manter e preservar a sua integridade, contribuindo assim para a manutenção do bem-estar das mulheres. Os hábitos de higiene envolvidos desde a hora do banho até à escolha do tipo de absorvente podem repercutir ou prevenir uma série de distúrbios de origem infecciosa, inflamatória ou irritativas, pois a falta de limpeza pode influenciar na remoção ou no acúmulo de fluidos, na alteração do pH, no aumento ou a diminuição da umidade, e na temperatura local (DUARTE *et al.*, 2019).

Nesse cenário, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) exercem um papel de suma importância pois são consideradas a porta de entrada para a assistência. O enfermeiro dessas unidades tem o dever de auxiliar, identificar, tratar e promover ações em saúde voltadas à saúde da mulher, promovendo assim comportamentos que favorecem o bem-estar dessa população. (SOUZA *et al.*, 2022).

Considerando as lacunas do conhecimento acerca da temática apresentada, esta pesquisa foi delineada a partir do seguinte questionamento: quais os fatores associados à vaginose bacteriana em mulheres interioranas?

Ressalta-se que há uma escassez de estudos relacionados à vaginose bacteriana principalmente associados a questões sociodemográficas. Dessa maneira, estima-se que a pesquisa em questão poderá contribuir com a diminuição de casos e suas complicações, favorecendo assim uma qualidade de vida melhor para as mulheres. Além disso, pode ser útil para a construção de políticas públicas voltadas à educação em saúde, especificamente direcionadas à saúde da mulher. Assim, objetivou-se identificar os fatores associados no surgimento da vaginose bacteriana.

MÉTODO

Trata-se de um estudo caso-controle, que teve como desfecho os casos de vaginose bacteriana diagnosticados clinicamente durante o período de janeiro a junho de 2023. Estudo de caso-controle é definido como uma pesquisa fundamentada na comparação entre indivíduos com uma doença ou condição (casos) e indivíduos sem a doença ou condição (controles), sendo os dois grupos analisados sob a perspectiva de um fator ou atributo de risco que hipoteticamente pode estar relacionado à doença ou condição (BRASIL, 2002).

A pesquisa foi realizada em duas unidades básicas de saúde do município de Baturité-CE. A rede de atenção primária à saúde do município de Baturité é composta por quinze Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF). Destas, UBSF, duas foram selecionadas como cenário do estudo por estarem localizadas em área urbana e por possuírem uma demanda maior. Foram realizados 1.309 exames citopatológicos do colo uterino no município de Baturité durante o ano de 2022 (DATASUS, 2022).

De início, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) as pacientes e explicado os objetivos da pesquisa, após o aceite em participar foi utilizado como instrumento de coleta de dados um formulário composto por perguntas distribuídas em 3 blocos. Sendo eles, dados socioeconômicos, método contraceptivo, hábitos do uso do absorvente íntimo, o qual aborda as seguintes questões: idade, estado civil, raça/cor, nível de escolaridade, ocupação, renda familiar, método contraceptivo, uso do absorvente, e por fim, sobre a utilização protetor diário.

Os formulários foram preenchidos pela pesquisadora nos dias das consultas ginecológicas. Em seguida, foi realizado o exame citopatológico do colo do útero juntamente com a enfermeira da unidade. Neste momento, foram feitos o teste de pH vaginal, o teste de whiff e observado o aspecto da secreção vaginal.

O grupo caso foi composto por todas as pacientes diagnosticadas clinicamente com vaginose bacteriana durante o período de coleta dados e que se enquadraram nos seguintes critérios de inclusão: ter idade acima de 18 anos; ter vida sexual ativa; encontra-se em idade fértil; e ter diagnóstico clínico de VB (3 ou 4 critérios de Amsel) sendo eles o corrimento branco homogêneo ou acinzentado, pH vaginal superior a 4,5, Teste das aminas com hidróxido de potássio a 10% e a presença de células alvo. A manifestação de 3 ou 4 sintomas determina o diagnóstico (AMSEL, 1983). É importante ressaltar que o diagnóstico dessa patologia pode ser realizado com base nos sintomas, quando a paciente é sintomática, uma vez que muitos municípios não dispõem de recursos laboratoriais para diagnóstico completo.

O material para testes de apoio diagnóstico foi fornecido integralmente pela pesquisadora às UBS.

O grupo controle foi constituído por mulheres sem evidência clínica de corrimento vaginal e que obedeceram aos seguintes critérios de inclusão: ter idade acima de 18 anos; ter vida sexual ativa; e encontrar-se em idade fértil. Foram adotados os seguintes critérios de exclusão para ambos os grupos: estar grávida; ser usuária de DIU; ter feito uso de antibióticos e/ou corticóides nos últimos 30 dias; e ter histórico de doenças que influenciam a resposta imunológica (HIV, lúpus eritematoso sistêmico, diabetes entre outras). Estes critérios foram definidos com base na associação entre estes fatores e a ocorrência de VB (RIBEIRO et al., 2007).

A variável dependente foi a presença de vaginose bacteriana (sim/não). As variáveis independentes foram: Idade (Até 40 anos/Mais de 40 anos); Estado civil (Com companheiro/Sem companheiro); Escolaridade (Até Ensino fundamental completo/A partir do ensino médio); Raça (Pardo/Não pardo); Renda (Até 1 salário/ Mais de 1 salário); Múltiplos parceiros (Sim/Não); Pílula (Sim/Não); Injetável (Sim/Não); Nenhum (Sim/Não); Uso do protetor nos últimos dias de menstruação (Sim/Não); Absorvente interno (Sim/Não).

Os dados foram organizados em planilhas do Microsoft Office Excel® e analisados no software estatístico Jamovi®. Foram utilizadas medidas de tendência central (média e mediana) e dispersão (desvio padrão) descrição do perfil da amostra. As associações entre a vaginose bacteriana e as variáveis independentes foram realizadas por meio de regressão logística simples. As variáveis que apresentaram $p < 0,20$ foram consideradas para o modelo de regressão logística múltipla, sendo considerado significativo quando $p < 0,05$.

O estudo obedeceu todos para princípios éticos da pesquisa a ser realizada com seres humanos, tendo sido submetido e aprovado no comitê de ética em pesquisa da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira sob parecer nº 5.792.021 e CAAE nº 63723322.2.0000.5576.

RESULTADOS

No período de coleta de dados, 126 pacientes que compareceram para realização de consulta ginecológica aceitaram participar do estudo, sendo 50 casos e 76 controles. A idade média das participantes foi 38,60 (DP: 10,19) anos. As ocupações mais frequentes foram dona de casa (n=33; 26,19%) e agricultura (n=20; 15,87%), com renda familiar média de R\$ 1.607,06 (DP: 895,79). A caracterização das participantes é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização do perfil sociodemográfico das participantes. Redenção, Ceará, Brasil, 2023.

Variável	n	%
Estado civil		
Solteira	28	22,32
Namorando	21	16,66
Casada/união estável	64	50,79
Separada	8	6,35
Viúva	6	4,76
Raça/cor		
Branca	42	33,33
Preta	30	23,81
Parda	52	41,27
Escolaridade		
Analfabeta	2	1,59
Ensino Fundamental Incompleto	33	26,19
Ensino Fundamental Completo	24	19,05
Ensino Médio Completo	49	38,89
Ensino superior Completo	18	14,29

Fonte: Autor (2023)

Todas as participantes se declararam heterossexuais. Quanto às variáveis do histórico sexual e reprodutivo, a idade média de menarca foi de 13,03 (DP: 1,75) anos e a da sexarca foi de 17,26 (DP: 3.30) anos. Em relação à paridade, a mediana de gestações foi de 2 e de partos 2. A média de atividade sexual semanal foi de 3,07 (DP: 1,54) relações. As variáveis relacionadas à saúde sexual e reprodutiva são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Caracterização do perfil sexual e reprodutivo das participantes. Redenção, Ceará, Brasil, 2023.

Variável	n	%
Orientação sexual		
Heterossexual	126	100
Parceria sexual nos últimos 3 meses		

Parceiro (a) fixo (a)	103	81,75
Múltiplos (as) parceiros (as)	22	17,46
Sem parceria sexual	1	0,79
Método contraceptivo (em uso no momento da entrevista)		
Pílula	20	15,87
Injetável	4	3,17
Preservativo	50	39,68
Nenhum	56	44,44

Fonte: Autor (2023)

Quanto às associações entre a vaginose bacteriana e os fatores (Tabela 3), variáveis que mais apresentaram associação foram: “estado civil sem companheiro [4,06 (1,86 – 8,88); p=0,001], ter estudo somente até o ensino fundamental completo [1,94 (0,93 – 4,01); p=0,074], renda de até um salário mínimo [11,00 (4,65 — 26,03), p=0,001], possuir múltiplos parceiros [10,12 (3,17 — 32,32)], não usar preservativo [3,17 (1,44 — 6,97); p= 0,004], não usar nenhum método contraceptivo [0,35 (0,17 — 0,73); p=0,005], uso do protetor diários nos últimos dias da menstruação [4,79 (0,48 — 47,39); p=0,121] e uso de absorvente interno [5,24 (2,10 – 13,12); p=0,005]”.

Tabela 3 - Análise bivariada entre vaginose e variáveis independentes. Redenção, Ceará, 2023.

Variáveis	Vaginose bacteriana			p-value
	Sim (%)	Não (%)	OR (IC95%)	
Idade				0,514
Até 40 anos	26 (42,62)	35 (57,38)	1,27 (0,62 – 2,59)	
Mais de 40 anos	24 (36,92)	41 (63,08)	1	
Estado civil				0,001
Com companheiro	24 (28,57)	60 (71,43)	1	
Sem companheiro	56 (61,90)	16 (38,10)	4,06 (1,86 – 8,88)	
Escolaridade				0,074
Até Ensino fundamental completo	28 (47,46)	31 (52,54)	1,94 (0,93 – 4,01)	
A partir do ensino médio	21 (31,82)	45 (68,18)	1	

Raça				0,382
Pardo	23 (44,23)	29 (55,77)	1,38 (0,67 – 2,85)	
Não pardo	27 (36,49)	47 (63,51)	1	
Renda				0,001
Até 1 salário	40 (66,67)	20 (33,33)	11,00 (4,65 – 26,03)	
Mais de 1 salário	10 (15,38)	55 (84,62)	1	
Múltiplos parceiros				0,001
Sim	18 (81,82)	4 (18,18)	10,12 (3,17 – 32,32)	
Não	32 (30,77)	72 (69,27)	1	
Pílula				0,597
Sim	9 (45,00)	11 (55,00)	1,30 (0,49 – 3,40)	
Não	41 (38,68)	65 (61,32)	1	
Injetável				0,549
Sim	1 (25,00)	3 (75,00)	0,50 (0,05 – 4,91)	
Não	49 (40,16)	73 (59,84)	1	
Preservativo				0,004
Sim	12 (24,00)	38 (76,00)	1	
Não	38 (50,00)	38 (50,00)	3,17 (1,44 – 6,97)	
Nenhum				0,005
Sim	30 (53,57)	26 (46,43)	1	
Não	20 (28,57)	50 (71,43)	0,35 (0,17 – 0,73)	
Uso do protetor diário nos últimos dias de menstruação				0,121
Sim	50 (39,68)	76 (60,32)	4,79 (0,48 – 47,39)	
Não	6 (7,32)	76 (92,68)	1	
Absorvente interno				0,001
Sim	43 (51,19)	41 (48,81)	5,24 (2,10 – 13,12)	
Não	7 (16,67)	35 (83,33)	1	

Fonte: Autor (2023)

Na análise multivariada (Tabela 4), somente a variável renda foi independentemente associada à vaginose bacteriana. Desse modo, mulheres com renda de até um salário mínimo possuem chance 20,66 vezes maior de terem o diagnóstico de vaginose do que as que possuíam renda maior ou igual a um salário [20,66 (6,28 - 68,01); p=0,001].

Tabela 4 - Regressão logística multivariada ajustada de acordo com as variáveis que apresentaram significância estatística agrupadas ao desfecho

Variáveis	OR (IC95%)	p-value
Estado civil		0,356
Com companheiro	1	
Sem companheiro	0,60 (0,21 - 1,76)	
Escolaridade		0,099
Até Ensino fundamental completo	2,38 (0,85 – 6,67)	
A partir do ensino médio	1	
Renda		0,001
Até 1 salário	20,66 (6,28 – 68,01)	
Mais de 1 salário	1	
Múltiplos parceiros		0,639
Sim	1,37 (0,37 - 5,17)	
Não	1	
Preservativo		0,626
Sim	1	
Não	1,42 (0,34 - 5,89)	
Nenhum		0,388
Sim	1	
Não	0,55 (0,14 – 2,12)	
Uso do protetor diário nos últimos dias de menstruação		0,397
Sim	3,15 (0,22 – 44,59)	
Não	1	
Absorvente interno		0,951
Sim	0,97 (0,31 – 2,97)	
Não	1	

Fonte: Autor (2023)

DISCUSSÃO

É importante ressaltar que essa patologia está ligada a fatores de riscos socioculturais como idade, grau de escolaridade, ocupação, falta de educação sexual de qualidade, menor adesão a métodos contraceptivos de barreira esses aspectos podem refletir em atitudes associadas a maus hábitos de higiene (SANTANA *et al.*, 2021; NISHIJIMA *et al.*, 2022).

Estudo apontou que 43,9% das pacientes com VB sintomática eram solteiras, com múltiplos parceiros e de baixa renda (SOTTE, 2019), o que entra em conformidade com os dados desta pesquisa, onde 61,9% abrangem esse perfil, assim, evidenciando que mulheres solteiras são mais propensas ao diagnóstico pela multiplicidade de parceiros pois a probabilidade de troca de parceiros é maior do que em mulheres que se encontram em um relacionamento estável.

De acordo com uma revisão sobre a adesão das mulheres ao exame preventivo, verificou-se que a maioria possuía companheiros fixos, alto poder aquisitivo e buscavam o serviço de saúde quando tinham queixas ginecológicas (LIMA *et al.*, 2022). O que corresponde a estudos que diferenciam a sociodemográfica da população demonstram que mulheres com privilégios socioeconômicos apresenta uma menor prevalência de infecções genitais, pois esse grupo possui um maior índice de escolaridade, realizam exames de rotina com mais frequência, pois dispõe de um acesso mais fácil a serviços de saúde na rede privada e tem uma adesão maior ao tratamento das patologias (DUTRA *et al.*, 2023).

Pesquisas sugerem que mulheres com menor nível de escolaridade e renda não fazem o uso do preservativo em suas relações sexuais, pois a ausência de educação sexual e baixo salário refletem um impacto nas condições de saúde. Desse modo, o poder aquisitivo é um fator determinante para o acesso às informações e bens materiais (MOTA *et al.*, 2021; BARBOSA *et al.*, 2019).

Além disso, um estudo de perfil epidemiológico revelou que mulheres de baixa renda têm uma probabilidade significativamente maior de desenvolver VB. Foi observado que 64% das mulheres com infecções por *G. vaginalis* pertenciam ao grupo de renda mais baixa (RIBEIRO *et al.*, 2020). Conforme a tabela 4 deste estudo, aquelas com renda mensal de até um salário mínimo apresentam 20 vezes mais chances de ter essa condição em comparação com mulheres de renda mais alta.

Devido ao tabu existente na sociedade, as pessoas que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica sofrem com a desinformação acerca da saúde íntima, tornando-se propensas ao desencadeamento da VB (MURINA *et al.*, 2021). Além disso,

mulheres de baixa renda sofrem com o difícil acesso ao diagnóstico e tratamento das vulvovaginites, pois o tempo de espera da marcação de consultas ginecológicas e a emissão dos resultados da rede pública são desencorajadores (ALVES *et al.*, 2021).

De acordo com estudos, cerca de 64% de mulheres de baixa renda não conseguem ter acesso a produtos menstruais ou não conseguem realizar as trocas de três a seis vezes diárias do absorvente, mantendo-se com o mesmo absorvente por muitas horas. Esses fatores contribuem com a manifestação de doenças no sistema genital (UNICEF, 2021; ROCHA *et al.*, 2022). Uma solução adotada pelo governo foi a lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que assegura a oferta de absorventes pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na população que está abaixo da linha da pobreza.

O absorvente interno é o produto de higiene menstrual mais associado ao desenvolvimento da Síndrome do Choque Tóxico, por estar ligado ao aparecimento de infecções ginecológicas principalmente quando usado por tempo prolongado (LIMA *et al.*, 2020). Estudos apontam que o alto índice de surgimento de vulvovaginites em mulheres atendidas em UBS se dá a fatores de risco que estão ligados a maus hábitos de higiene, uso inadequado de absorventes internos e a falta de orientação sexual (DANTAS *et al.*, 2021).

Ademais, é válido ressaltar que uma grande parcela do público feminino possui o hábito de utilizar protetor diário no período intermenstrual. Essa prática também dificulta a aeração do local, possibilitando assim o aumento do pH e da temperatura, fatores esses que contribuem para surgimento de vulvovaginites como a VB (RUIZ *et al.*, 2019).

O estudo realizado apresentou limitações quanto a sua amostra, sendo importante destacar que o tamanho reduzido decorreu das dificuldades encontradas ao longo da coleta de dados, relacionadas aos dias em que as consultas ginecológicas precisaram ser canceladas por eventos de ordem pessoal e/ou da dinâmica do serviço de saúde, bem como em virtude da recusa de algumas pacientes em participar do estudo. Para esse estudo a principal limitação se deu por não ter sido considerado as variáveis de confundimento, pois o pareamento da amostra não foi alcançado, o que resultou na desigualdade na relação de casos e controles.

CONCLUSÃO

Conforme os dados descritos acima, é notório que mulheres com baixa renda possuem um índice mais elevado no surgimento da VB devido ao baixo conhecimento e condições financeiras. Em relação à prevenção, deve haver uma prioridade na atenção à saúde de mulheres em situação de vulnerabilidade, evidenciando a importância dos municípios

realizarem programas e estratégias voltados a esse público com o intuito de informar, prevenir, controlar e tratar.

Em vista disso, sugerem-se novos estudos com o intuito de avaliar a prevalência da vaginose bacteriana em mulheres de baixa renda, com o propósito de compará-los com outras abordagens, na tentativa de compreender esse fenômeno social.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. B. et al. Perfil etiológico e epidemiológico das vulvovaginites que acometem mulheres em uma cidade do estado de Tocantins. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 2, p. e5383, 5 fev. 2021. Disponível em:

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/5383>. Acesso em: 02 fev. 2023.

AMSEL, R. et al. Diagnostic criteria and microbial and epidemiologic associations. **Am J Med**, v. 74, n. 1, p. 14-22, 1983. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0002934383911129>. Acesso em: 02 fev. 2023.

BARBOSA, Keila Furbino et al. Fatores associados ao não uso de preservativo e prevalência de HIV, hepatites virais B e C e sífilis: estudo transversal em comunidades rurais de Ouro Preto, Minas Gerais, entre 2014 e 2016. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, p. e2018408, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ress/a/MhBQs3hjd9WfFgJvH3G7skv/> Acesso em: 06 jan. 2023.

CARVALHO, N. S. de et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: infecções que causam corrimento vaginal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ress/a/X9WkLLZRBbcW3mFwbRYBHxD/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ROCHA, Isabella Coelho et al. Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura Overview of menstrual poverty in the world: a literature review. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 10704-10714, 2022. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/4062> Acesso em: 05 mar. 2023.

DANTAS, Ana Carolina Cardoso et al. Aplicabilidade da metodologia seis sigma para a diminuição da ocorrência de infecções vulvovaginais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 1, p. 7523-7538, 2021. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23469>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DUARTE, S. M. da S. et al. Fisiopatologia, diagnóstico e tratamento da vaginose bacteriana. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 21467-21475, 2019. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/issue/view/68>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DUTRA, A. M. G. et al. Comparativo da incidência de Candida SP e Gardnerella Mobiluncus em um laboratório privado de uma cidade da região noroeste do Paraná. **Brazilian Journal of**

Development, v. 9, n. 1, p. 5649-5659, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/56841>. Acesso em: 05 fev. 2023.

FONSECA, L. de O. R. et al. Incidência de vaginose bacteriana em usuárias de DIU de cobre–Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 11725-11736, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/16134>. Acesso em 10 fev. 2023.

LIMA, K. F. de et al. A importância dos fatores associados à não adesão ao exame preventivo do câncer de colo uterino por mulheres brasileiras–revisão sistemática. **RBAC**, v. 54, n. 1, p. 55-61, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1395708>. Acesso em: 05 fev. 2023.

LIMA, M. Q. de et al. COLETOR MENSTRUAL: uma opção sustentável?. **Ciências da Saúde: Campo Promissor em Pesquisa**, [S.L.], p. 84-92, 31 jan. 2020. Atena Editora. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22533/at.ed.98120310110>. Acessado: 05 mar. 2023

MOTA, Georgiane Silva et al. Determinantes sociais de saúde e uso do preservativo nas relações sexuais em mulheres rurais. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/yMzFftHByr7fh83M7xzDG8y/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2023.

MURINA PF, et al. Real-World Practices and Attitudes Towards Intimate Self-Care: **Results From An International Women's Survey**. *J Gynecol Obstet Hum Reprod.*, 2021; 50(10):102192. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2468784721001306>. Acesso em: 02 jun. 2023.

NISHIJIMA, L. L. et al. Comparação entre o diagnóstico clínico presuntivo e a microscopia a fresco em mulheres com leucorreia. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 4859-4868, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/45486>. Acesso em: 03 abr. 2023.

RIBEIRO, A. A.; et al. Agentes microbiológicos em exames citopatológicos: estudo de prevalência. **Revista Brasileira de Análises Clínicas**, Goiás, v. 39, n. 3, p. 179-181, fev. 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-501851>. Acesso em: 02 maio. 2023.

RIBEIRO, R. A. de B. et al. Perfil epidemiológico de mulheres com vaginose em exame papanicolaou de uma unidade de saúde de Belém-PA. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 9, p. e3046-e3046, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/3046>. Acesso em: 06 mar. 2023.

RUIZ, C. et al. Daily genital cares of female gynecologists: a descriptive study. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 65, p. 171-176, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/BD9jFpKjDF7LJbGqX4QxHkP/?lang=en>. Acesso em: 01 jan. 2023.

SANTANA, J. R. et al. Prevalência de Gardnerella vaginalis em mulheres atendidas em uma Unidade Básica de Saúde no município de Macapá-AP. **Pubsaúde**,[SL], v. 5, p. 1-6, 2021.

Disponível em:

<https://pubsaude.com.br/revista/prevalencia-de-gardnerella-vaginalis-em-mulheres-atendidas-em-uma-unidade-basica-de-saude-no-municipio-de-macapa-ap/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

Sistema de Informação do Câncer – SISCAN (colo do útero e mama) – DATASUS.

Disponível em:

<<https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/sistema-de-informacao-do-cancer-siscan-colo-do-utero-e-mama/>>. Acesso: 02 jan. 2023.

SOTTE, Daniele Maria Knupp Souza et al. Vaginose bacteriana em pacientes atendidas nos serviços de ginecologia da rede pública e privada de Juiz de Fora, MG: epidemiologia e aspectos diagnósticos. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 2, n. 5, p. 4129-4144, 2019.

Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/index>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SOUZA, A. C. R. de; VALE, S. E. S. do .; SOUZA, C. S. e . Bacterial vaginosis: women's health . **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e35411730072, 2022.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30072>. Acesso em: 11 jul. 2023.

UNICEF et al. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos.** 2021.

Disponível em :

<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. Dispõe sobre o programa de proteção e promoção da saúde menstrual. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2021. Disponível em :https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14214.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.